

FONTES PARA A HISTÓRIA DE MORRO DO CHAPÉU-BA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Ana Lúcia Santana

Graduanda em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: anna.lucia.santana@hotmail.com

Palavras-chave: Fontes Históricas. Morro do Chapéu. Digitalização. Sertão.

Fontes históricas: um *mister* para o ofício do pesquisador

Ao iniciar este trabalho cabe destacar de antemão que ele não se dispõe a fazer uma abordagem sobre os aspectos metodológicos da pesquisa histórica, isto é, não se pretende aqui mostrar como se realiza o ofício do pesquisador ao lidar com as fontes e com os métodos, haja vista que esse texto não fora escrito por um especialista no assunto; propõe-se apenas enfatizar o valor que os documentos escritos possuem no campo da pesquisa, apresentando em seguida, as principais fontes forenses que foram listadas para a história de Morro do Chapéu durante a Primeira República.

Falar sobre a importância das fontes, em especial, das manuscritas é engendrar por uma seara problemática que requer cuidado para não ater-se em uma apologia ingênua das fontes e, conseqüentemente, ser rotulado de historiador de cunho positivista.¹ Sendo assim, antes de listar as fontes que foram catalogadas para a história de Morro do Chapéu no que corresponde a Primeira República, cabe fazer algumas considerações a respeito da problemática que envolve o seu uso, visto que no campo da pesquisa histórica depara-se, constantemente, com o que poderia ser conceituado de mudança paradigmática das fontes.

Dito de outra forma, a historiografia vive um momento que fora marcado desde a primeira metade do século XX por uma mudança no conceito de fontes, quando Marc Bloch e Lucien Febvre combateram uma história “dita positivista”, propondo uma *Nouvelle Histoire*:

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produções de

¹ Historiadores positivistas àqueles que acreditam que as fontes escritas, em especial as oficiais são as portadoras da verdade, as únicas dignas de análises por parte dos pesquisadores.

escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado ainda mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem (LE GOFF, 2001, p. 28-29).

Percebe-se, portanto, que houve uma ampla diversificação das fontes, contribuindo para que o documento escrito perdesse o privilégio de portador da verdade que até então tinha. Entretanto, essas alterações não fizeram o escrito perder a sua importância, pois, ainda hoje documentos como inventários, processos crimes são comumente utilizados pelos historiadores na elaboração de novas pesquisas. Por outro lado, as ampliações das fontes vêm fazendo com que a Nova História também sofra críticas devido ao fato de todo suporte, agora, conferir como possibilidade de uso pelos historiadores. Neste aspecto, segundo os críticos à Nova História uma produção que se quer científica deveria possuir maior rigor na seleção e na definição do que é e do que não é fonte.

Para além dessa mudança no entendimento de fontes, o trabalho historiográfico se encontra atrelado à problematização, às críticas internas e externas que os documentos vêm sofrendo, sejam eles escritos, impressos, orais, biográficos entre outros, devido ao grau de subjetividade que eles carregam e que põe em xeque uma história que se pretendia verdadeira,² uma vez que cada historiador pode interpretá-los à sua maneira, tendo é claro, um referencial teórico-metodológico.

Essas indagações que giram em torno da autenticidade das fontes e da veracidade de seu conteúdo, por conseguinte, fazem com que os pesquisadores repensem o seu uso e a sua prática. De certo modo, essas discussões são fundamentais durante o curso de graduação, já que, possibilita aos estudantes aspirantes a historiadores, a construção consciente e crítica do seu trabalho para não incorrer em possíveis erros historiográficos, teóricos e/ou metodológico.³

Em contrapartida, o curso de História não deve ser conduzido apenas de críticas às fontes, às teorias e às metodologias existentes que fundamentam o trabalho historiográfico. Tais críticas devem vir acompanhadas de certo direcionamento, assim, os estudantes poderão realizar suas pesquisas tendo noções básicas de como interpretar e lidar com as informações contidas nos documentos, por isso: “Faltam, talvez, esforços para introduzir em algum momento curso, noções básicas sobre organização arquivística, leitura paleográfica e crítica das fontes, que auxiliariam o aluno na tomada de decisões e no entendimento do processo de

² Entenda-se aí, verdadeira no sentido positivista do termo.

³ Quanto aos possíveis erros historiográficos pode-se citar o anacronismo e aos teóricos/metodológico o positivismo exacerbado.

construção do saber histórico” (PINSKY, 2005, p. 24). Dito de um modo mais simples a teoria deve estar sempre ligada à prática.

Se não existem certezas concretas no campo da História, uma coisa é certa, todo trabalho de um pesquisador afiliado a certa instituição deverá ter como embasamento, via de regra, fontes, como reza as normas acadêmicas. Com isso, pretende-se dizer, que o trabalho historiográfico segue normas teóricas, pois existem procedimentos para se pensar e, do mesmo modo, normas metodológicas para escrever a História.

(pois hoje) não se pensa mais a história dos homens como algo absoluto, objetivo, que está prontinho nos arquivos, sendo somente necessário ir lá buscar seus dados para se ter da História - com 'h' maiúsculo - somente uma versão 'verdadeira e única'. Poderíamos dizer então que a história não é o passado (...) mas um olhar dirigido ao passado (...). A história se faz com documentos e fontes, com idéias e imaginação (BORGES, 1993, p. 45-46).

Seguindo esta linha de pensamento o historiador Sidney Chalhoub (1990, p. 18) que possui anos com a pesquisa em arquivos reconhece na introdução do seu livro *Visões da Liberdade* o que muitos teóricos contemporâneos apontam como crítica à produção historiográfica ao afirmar que, os historiadores:

(...) jamais se depararam com os fatos históricos ao dobrarem uma esquina mais ou menos deserta de arquivo. Não, os fatos nunca estiveram lá, de tocaia, prontos para tomar de assalto as paginas dos historiadores; foi preciso investigar seus rastros – os documentos – e constituí-los a partir dos interesses específicos de cada autor e da imaginação controlada característica da disciplina histórica (CHALHOUD, 1990, p. 18).

Como ser vê, o trabalho dos pesquisadores encontra-se atrelado em meio a uma “revolução documental”,⁴ que o torna de certa forma ainda mais interessante, rigoroso e complicado acima de tudo, pois, além de suplantarem os desafios e as dificuldades encontradas ao longo de suas pesquisas, os pesquisadores, deparam-se ainda com críticas de cunho teórico e metodológico para desvencilhar-se. De algum modo é como se o historiador estivesse “pisando em um campo minado” correndo o risco de ter a sua produção “bombardeada” por críticas ferrenhas feitas por outros pesquisadores, uma vez que as interpretações dos fatos históricos estão sempre se modificando, ao passo que surgem outras formas para se pensar e escrever a história.

⁴ Termo utilizado pelo historiador Jacques Le Goff, em seu livro *A História Nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Contudo, esse texto foi escrito partindo da premissa de que uma das funções do historiador é investigar e problematizar certo acontecimento como um detetive que tem em vista compreender os fatores que estavam intrínsecos, no bojo ou durante tal acontecimento. Sendo as fontes o meio pelo qual os pesquisadores podem-se aproximar de tal compreensão, a partir dos problemas e das hipóteses por eles levantadas. Desse modo, “os documentos são tomados como pistas através dos quais se tenta rastrear o momento desta invenção⁵, os interesse que estavam na raiz de dado acontecimento, os conflitos e as contradições que levaram a sua emergência” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 24).

Fontes digitalizadas para a História de Morro do Chapéu

Vejam as fontes que foram relacionadas para a História de Morro do Chapéu a partir do projeto já citado. Inicialmente, o objetivo do projeto era digitalizar todos os documentos pertencentes às esferas do poder eclesiástico, legislativo e os documentos forenses que correspondessem os anos de 1889-1930. Contudo, como todo historiador sabe os acontecimentos não se dão em uma linha reta, existem os descaminhos, os incidentes, do mesmo modo, devido aos imprevistos encontrados ao longo do projeto somente foram digitalizados os documentos forenses e boa parte das atas da câmara municipal. Entretanto, não significa, exatamente, que foram poucos os documentos localizados.

Quanto à digitalização, pode-se dizer que ela consiste basicamente em converter um arquivo em formato físico para um arquivo em formato digital (por meio de *scanner*, câmeras fotográficas ou outros suportes, no caso da presente pesquisa pela fotografia), possibilitando assim, a conservação das fontes para a realização de futuras pesquisas no campo da História. De tal modo, com esse método já foram arroladas para a História de Morro do Chapéu e regiões adjacente as fontes correspondentes ao poder Judiciário.⁶

Para o final do século XIX e início do século XX, (entre os anos de 1889-1930) foram digitalizadas no *Fórum Clériston Andrade*, nas caixas arquivos documentos como: testamentos, inventários *pos mortem*, processos tantos cíveis quanto crimes, licenças para casamentos, documentos sobre posses de terras, relações de votantes, ou seja, fontes inéditas e ricas em informações que abrem aos futuros historiadores locais um leque de possibilidades para a realização de suas pesquisas.

⁵ Invenção, um novo conceito histórico utilizado pelo autor para referir-se à produção historiográfica.

⁶ Outras informações sobre a digitalização estão disponíveis em: <<http://arquivar.com.br/servicos/digitalizacao>>. Acesso em: 04 maio 2010.

A relevância de elaborar um artigo que fale sobre as fontes e a sua importância é tentar promover nos discentes o interesse pela pesquisa, sendo assim, alguns leitores principalmente os estudantes desta região, devem se perguntar, qual importância a cidade de Morro do Chapéu tem para a historiografia baiana, visto que há interesses e projetos para a conservação de suas fontes? Uma resposta um tanto evidente seria dizer que o fator contribuinte que impulsiona os pesquisadores da região local a procurarem esta cidade para ser o objeto de suas pesquisas corresponde ao fato dela possuir um rico acervo em fontes, permitindo assim, a análise de temas correlatos à sua história. Todavia, essa é apenas uma parte da resposta, pois, a relevância maior corresponde ao fato de Morro do Chapéu ser um município do interior baiano que nos últimos anos vem inspirando trabalhos sobre o Sertão.

E o Sertão, por sua vez é o lugar no qual a historiografia baiana vem dando destaque, não por um simples modismo, mas devido a esse espaço ter sido por muito tempo esquecido pelos estudos históricos, já que grande parte das produções acadêmicas centrava suas pesquisas em outras regiões que não fossem interioranas. Dessa forma, Morro do Chapéu está inclusa dentro desse estudo. A historiografia sobre o Sertão propicia aos estudantes e pesquisadores a percepção de uma série de assuntos que ainda não se tinha atentado. A primeira questão a observar, é que do ponto de vista dessa nova historiografia, pode-se afirmar que não existe Sertão, mas sim, Sertões, visto que o primeiro termo é uma construção que tende a homogeneizar toda uma região.

Outra questão importante é que essa historiografia contrapõe de certo modo com a ideia preconcebida que a história do Sertão e dos sertanejos é uma história a parte ou a margem da História do Brasil. Sendo assim, novamente os leitores devem estar se questionando, por que então a história produzida nas regiões do interior nordestino é considerada uma história Local e não Nacional? A resposta é simples, a historiografia sobre os Sertões não visa ser uma História Total, que busca abranger o Brasil como um todo, mas essa historiografia procura ver as diferenças, as singularidades, as particularidades existentes em uma região específica. Logo, a História dos Sertões não deixa de ser a História do Brasil e nem tão pouco é uma história à parte à História do Brasil.

Consequentemente, dado ao sentimento de pertença aos lugares onde se está inserido, os respectivos leitores das regiões interioranas sentir-se-ão sujeitos históricos incluídos dentro da História, ao passo que há produções acadêmicas que trata os temas correlatos aos acontecimentos vividos por àqueles que os precederam. Para Morro do Chapéu, a título de exemplo, pode-se citar o trabalho do historiador Erivaldo Fagundes Neves (2007, p. 60), quando descreve o percurso feito pelo sertanista baiano Joaquim Quaresma Delgado por volta

de 1734 que seguira as rotas das minas no alto Sertão da Bahia. Neves (2007) apresenta a importância que a Vila de Jacobina e o Distrito de Morro do Chapéu tiveram entre o século XVIII ao servirem de vias de comunicação e circulação para o tráfego de pessoas e mercadorias no processo de ocupação e povoamento do interior da Bahia e do Brasil.

Observa-se, portanto, que Morro do Chapéu e Jacobina se tornaram “os caminhos do sertão da Bahia, pelos quais passaram a trilhar aventureiros da ‘corrida do ouro’ e vaqueiros que tangiam boiadas para o litoral” (NEVES, 2007, p. 19). Também em nota de rodapé a pesquisadora Maria de Fátima Novais Pires (2003, p. 36-37) ao situar a região que corresponde o Sertão e as terras que foram concedidas a Antônio Guedes de Brito (o fundador da casa da ponte) delimita que as suas terras iam de Morro do Chapéu até as cabeceiras do Rio das Velhas em Minas Gerais.

Não menos importante é o trabalho do pesquisador Moisés Oliveira Sampaio (2009), que analisou o poder político exercido pelo Coronel Francisco Dias Coelho na região norte da Chapada Diamantina, mas precisamente, em Morro do Chapéu no início do século XIX. Merece destaque, igualmente, as pesquisas que se encontram em andamento pelo historiador Jackson Ferreira, cujos estudos, se centram na análise da vida de escravos e libertos durante o século XIX na região que também corresponde a Morro do Chapéu. Cabe notar, portanto, o quanto importante é o estudo do lugar onde se estar inserido, uma vez que, a História Local e Regional é ponto de partida para a compreensão de questões mais abrangentes.

Neste sentido, com base nos estudos de especialistas sobre o trabalho com as fontes históricas, sobretudo, tendo como aporte o livro *Fontes Históricas* (PINSKY, 2005), far-se-á por ora, algumas considerações sobre as possibilidades de uso pelos pesquisadores das fontes que foram catalogadas para a história de Morro do Chapéu, apresentando possíveis temas de pesquisas com as mesmas, para que seja dada a continuidade do estudo sobre os Sertões.

Através da análise dos documentos que foram digitalizados, poder-se á perceber as relações sociais que vigoraram no final do Império e durante o período da chamada República Velha em Morro do Chapéu, buscando ver as particularidades e as semelhanças com as práticas que existiram em outros lugares. Como exemplo de análise, tais fontes permitem o estudo das relações paternalistas exercida pelos coronéis da época, o andamento do fim do Instituto da Escravidão, o posicionamento das pessoas em meio às contendas familiares e sociais, enfim, os documentos que foram digitalizados para a História de Morro do Chapéu têm muito a “revelar” sobre uma série de práticas tanto culturais, políticas e/ou econômicas que foram comuns às populações sertanejas. Para possíveis análises pode-se dizer que os testamentos são:

Preciosos registros das últimas vontades de um indivíduo, permitem que se penetre no mundo das crenças e das visões de mundo do homem no passado. (...) O testamento também permite que se avalie o interesse do indivíduo em exercer a caridade cristã, graças às últimas vontades no tocante à destinação do terço de seus bens. Poderiam ser previstos auxílios a filhos, parentes ou conhecidos, inclusive escravos, sob as mais variadas alegações. Mais também poderiam ser reservados valores consideráveis da terça para favorecer um filho ou uma filha, eliminado o caráter igualitário que a partilha inevitavelmente instauraria (BACELLAR, 2005, p. 36).

Por conseguinte, segundo o mesmo autor há várias possibilidades de estudos que são permitidos com inventários *pos mortem*, sabendo que para Morro do Chapéu entre os anos de 1889-1930, estes foram os documentos mais encontrados.

Quanto aos inventários, sua análise vem possibilitando a compreensão de como o patrimônio familiar era transmitido de uma geração para outra, por meio de *dotes*, *terça* e *legítima* transmitida aos herdeiros. (...) Os inventários também permite que se discuta a evolução da composição do patrimônio ao longo dos séculos, diferenciando os níveis de riqueza e ostentação de um grande proprietário do século XIX. (...) Inventários também podem ser usados para se estudar a escravidão sob os mais variados aspectos. As listagens de cativos podem servir para a observação da família escrava, inclusive no que diz respeito a seu destino - unida ou separada - quando da partilha dos bens entre os herdeiros (BACELLAR, 2005, p. 36).

Para que sejam feitas estas e outras análises não se deve perder de vista, que elas só serão possíveis com o uso das fontes. Neste sentido, faz-se necessário políticas arquivísticas para a manutenção e conservação dos documentos, pois, devido aos descasos das esferas públicas com os arquivos, muitos dos documentos que foram digitalizados encontram-se em estado de abandono, completamente desorganizados e empoeirados, onde juntamente com os acervos de fontes, encontra-se também um acervo de microrganismos nocivos, isto é, bactérias, ácaros, que foram ao longo dos anos e continuarão deteriorando os documentos. Sem falar, no processo de desgaste que os documentos sofrem à medida que são manuseados por várias pessoas.

Nesse contexto, duas providências seriam cabíveis para a conservação das fontes e, por conseguinte, para o melhoramento das péssimas condições de trabalho que muitos pesquisadores enfrentam ao longo de suas pesquisas. De um lado, as Entidades Administrativas poderiam elaborar políticas arquivísticas, visando, sobretudo a organização dos arquivos. Por outro, lado seria importante que os Departamentos das Universidades em parceria com estes Órgãos Administrativos elaborassem projetos para a catalogação e conservação das fontes documentais, tendo como meta digitalizar as fontes referentes às suas

respectivas regiões, pois em muitos casos a dificuldade no acesso as fontes fazem com que os alunos sintam-se desinteressados por essa área da História.

Quanto à digitalização, existem inúmeras prerrogativas que são possibilitadas através dessa técnica, uma delas é o enriquecimento das atividades cotidianas do pesquisador, ao passo que podem manter uma cópia dos documentos em seu local de trabalho, desse modo não precisarão recorrer diretamente aos locais onde estão os documentos. Pois, dada à realidade e aos obstáculos encontrados ao longo da pesquisa, muitos pesquisadores principiantes, apresentam dificuldades para locomoverem-se a outras cidades, visto que, pesquisar é uma arte que leva literalmente a outras dimensões e outros lugares. É aí que entra a importância da digitalização, pois ela cumpre o papel de democratizar o acesso às fontes, já que, as Faculdades criariam bancos de dados ou disponibilizariam as cópias aos pretensos estudantes que desejam enveredar no campo da pesquisa.

Porém, como sempre há pós e contras, a digitalização não fugiria a regra. Não há dúvida o quão importante essa técnica é para a conservação das fontes escritas para a elaboração de futuras pesquisas, entretanto, como coloca Bassanezi Pinsky (2005, p. 24) ter a sensação de um contato mais próximo com o ambiente arquivístico, conhecer as fontes, visualizar e tocar um documento do passado é uma sensação memorável para os pesquisadores, logo, àqueles cuja pesquisa foi elaborada tão somente com documentos digitalizados, privar-se á dessa sensação.

O trabalho com fontes manuscritas é, de fato, interessante, e todo historiador que entra por essa seara não se cansa de repetir como os momentos passados em arquivos são agradáveis. Grandes obras historiográficas tiveram sua origem nas salas de arquivos, onde muito suor e trabalho foram gastos, após semanas ou meses de paciente e dedicada fase de pesquisa. O abnegado historiador encanta-se ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vistas, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas. Com o passar dos dias ganha familiaridade, ou mesmo certa intimidade, com escrivães ou personagens que se repetem nos papéis. Sente-se o peso das restrições da sociedade, ou o peso da miséria, ou a má sorte de alguém, e deseja-se ler mais documentos para acompanhar aquela história de vida, o seu desenrolar (BACELLAR, 2005, p. 24).

Em suma, pode-se afirmar a importância que os documentos escritos ainda possuem no campo da construção historiográfica, sejam eles documentos digitalizados ou não. Neste aspecto, cabe destacar também que nem todos os pesquisadores que os utilizam são, precisamente, positivistas. A metodologia utilizada pelo pesquisador, bem como o cruzamento com outras fontes, como fazem os pesquisadores da História Social, diferenciar-

lhe-á de um historiador positivista. Ficando assim, em aberto as várias possibilidades de temas a serem elaboradas com as fontes que foram digitalizadas para a História de Morro do Chapéu.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru: EDUSC, 2007.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

BARROS, José de Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do pesquisador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma visão da escravidão nos últimos anos da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte contra o santo lenho: poder, vingança e o cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Editora Arcádia, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PIRES, Maria de Fátima Novais. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SAMPAIO, Moisés de Oliveira. *O Coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1164-1919)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.